

Repensar las fronteras, la integración regional y el territorio

Willy Soto Acosta
CLACSO-Universidad Nacional

Consejo Editorial de la Escuela de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional:

Carlos Humberto Cascante Segura
Sergio Iván Moya Mena
Jorge Cáceres Prendes
Juan Carlos Bermúdez Mora
Gabriela Pino Chacón



Secretario Ejecutivo
Pablo Gentili

Directora Académica
Fernanda Saforcada

Área de Desarrollo de la investigación

Coordinador
Pablo Vommaro

Asistentes
Rodolfo Gómez
Teresa Arteaga
Giovaniy Daza
Alessandro Lotti
Ángel Dávila

Área de Producción Editorial y Contenidos Web

Coordinador Editorial
Lucas Sablich

Coordinador de Arte
Marcelo Giardino

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

EEUU 1168| C1101 AAx Ciudad de Buenos Aires | Argentina
Tel (54 11) 4304 9145/9505
Fax (54 11) 4305 0875
e-mail clacso@clacso.edu.ar
web www.clacso.org

CLACSO cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional (ASDI)



Este libro está disponible en texto completo en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

327.728
R425r

Repensar las fronteras, la integración regional y el territorio / Editado por Willy Soto Acosta. --1a. Ed.- Heredia, Costa Rica: CLACSO, IDESPO, Universidad Nacional de Costa Rica. 2017.

352 p. 21x28 cm.
ISBN: 978-9968-558-46-4

1. AMERICA CENTRAL 2. CAMBIO CLIMATICO. 3. COLONIALISMO. 4. ESTADO. 5. ETNIAS. 6. GENERO. 7. GEOPOLÍTICA. 8. INTEGRACIÓN REGIONAL. 9. LIMITES. 10.-MIGRACIONES. 11. POLÍTICA INTERNACIONAL. 12. TERRITORIOS OCUPADOS. I. Soto Acosta, Willy.

INTEGRAÇÃO OU REGIONALISMO? ESTUDANDO FRONTEIRAS DA AMÉRICA LATINA

Gustavo Matiuzzi de Souza

INTRODUÇÃO

Acadêmicos das Relações Internacionais (RI) na América Latina têm utilizado diminutamente a ‘fronteira’ (internacional) no estudo dos fenômenos regionais e regionalistas, seja como *locus* conceitual primordial, seja como fonte elementar de dados empíricos. Isso se dá pelo fato de o conceito de integração (regional) e seu arcabouço teórico serem excessivamente utilizados na investigação desses fenômenos, o que “naturaliza” a fronteira e remove-a de sua relevância analítica.

Por essa razão, o presente capítulo tem por objetivo explorar uma possível trilha que possa conduzir a agenda de pesquisas futuras no que concerne o estudo das interações (trans)fronteiriças sob a perspectiva das dinâmicas regionalistas: as teorias do regionalismo, abordagem até então pouco empregada no continente.

Para tanto, a primeira seção do capítulo será dedicada ao problema referente ao uso imoderado do conceito de integração (regional) por uma grande parte da academia. Em seguida, explicar-se-á sobre a teoria da integração e alguns de seus pressupostos que atuam diretamente na concepção de fronteira. Na terceira parte, por sua vez, serão brevemente apresentados alguns pilares das teorias do regionalismo que contribuem com uma

reflexão da fronteira (e na fronteira) mais aprofundada. A quarta seção tratará de explorar algumas possibilidades de pesquisa sobre o regionalismo tendo como fonte de dados a fronteira, além de desenvolver brevemente algumas opções de análises. Em seguida, as considerações finais fecharão o trabalho.

O PROBLEMA DE USO DO CONCEITO DE INTEGRAÇÃO

John Stuart Mill iniciou seu “Sistemas de Lógica” refletindo sobre o uso de termos e o processo de definição dos mesmos. Desde o início, Mill chama a atenção para o fato de que

[d]efinir algo é selecionar dentre o todo de suas propriedades aquelas que devem ser entendidas a serem designadas e declaradas por seu nome; [assim,] as propriedades devem ser bem conhecidas por nós antes de podermos ser competentes para determinar quais delas são as mais aptas para esse propósito (Mill, 1830, apud Goertz, 2006, p. 1).

Isso significa que um conceito é adequado à medida em que, em primeiro lugar, o mesmo define, explique e delimite determinado fenômeno com precisão. Por extensão, pode-se afirmar que se o conceito de *integração* (regional) falhar em explicitar que atributos são conferidos a ele, dentre tantas características distintas entre os diversos processos regionalistas, o mesmo se enfraquece, a ponto de esvaziar-se de sentido. Em outras palavras, quando tudo ou quase tudo pode ser considerado *integração* é impossível saber, de fato, a que se refere o termo.

É majoritário o uso da expressão “*integração*” por parte de internacionalistas e cientistas políticos latino-americanos para referir-se a diversos processos regionais e regionalistas. Ademais, o uso do termo propagou-se para além da academia, tornando-se amplamente utilizado nos meios de comunicação e nos discursos políticos, amoldando-se ao que linguistas se referem como “*linguagem geral*”. A *linguagem geral* é aquela que pode ser definida como um conjunto de recursos de comunicação verbal utilizado pela maioria dos falantes de um determinado idioma. É uma linguagem menos formalizada, tem temática geral, e suas funções básicas são comunicar fatos, emoções e conotações (Cabré, 1993). Portanto, o emprego do termo “*integração*” no campo da *linguagem geral* baseia-se na sua função comunicativa enquanto expressão, sem considerar o conhecimento de suas características como conceito.

Por outro lado, o uso do termo “*integração*” na investigação científica adentra o terreno das “*linguagens especializadas*”, isto é, a linguagem cujo principal papel é referenciar formalmente certos fenômenos para um universo de pares especializados no assunto (Cabré, 1993). Além disso, sua aplicação implica na construção (ou reconstrução) conceitual da palavra, processo que envolve profunda análise teórica e empírica do objeto ou fenômeno ao qual ela se refere (Goertz, 2006).

O perigo da reapropriação do termo “*integração*” (assim como de suas variantes: processos de *integração*, dinâmicas de *integração*, experiências de *integração* etc.) por estudiosos das RI tal qual utilizado por outros agentes sociais, sejam eles da sociedade civil ou tomadores de decisão, reside na consequente apropriação de um conceito de

significado ambivalente, um conceito sem definições claras. Além disso, a reapropriação do termo afeta a percepção dos pesquisadores em relação a própria natureza dos fenômenos regionalistas.

A diferença qualitativa da função das duas linguagens, de seus usos e de seus interlocutores denota rigor teórico e metodológico nem sempre evidenciado nos estudos das dinâmicas políticas, econômicas ou sociais presentes no fenômeno do regionalismo latino-americano. Para ilustrar este fato, convém notar, por exemplo, a comum referência a uma miríade de instituições regionais como “*processos de integração*”. É comum assinalar tanto o Mercosul como um processo de *integração regional* (Oliveira, Onuki, 2000; Vaz, 2002; Visentini, 2007), como a Unasul (Griffiths-Spielman, 2009; Granato, Oddone, 2010); a IIRSA (Quintanar, López, 2003), e assim sucessivamente.

Organizações e instituições que diferem grandemente em objetivos, origem e escopo terminam por serem categorizadas dentro de um “*guarda-chuva conceitual*” de grandes proporções. A partir do conceito de *integração*, tal como empregado nos exemplos anteriores, não é possível apontar distinções claras entre os organismos regionais, fazendo com que as investigações percam em competência analítica e que o conceito, em capacidade explicativa.

A *integração* como processo tem sido também utilizada para explicar todo um conjunto de relações e fenômenos regionais, no qual se incluem, por exemplo, aproximações bilaterais entre Estados, acordos comerciais dentro de instituições regionais, agendas de política externa para determinada região (Vigevani, Favaron, Ramanzini Júnior, e Correia, 2008; Vidigal, 2012), paradiplomacia (Colacrai, Zubelzú, 2004), estratégia política (Sarti, 2013) e muitos outros.

A ideia de *integração* por detrás do uso indiscriminado do termo é apresentada como dado inerente, isto é, como uma característica fundamentalmente inserida na natureza dos fenômenos regionais e regionalistas. É como se, nas diversas relações supracitadas, houvesse a aspiração intrínseca das partes envolvidas em promover *integração*. Ou ainda, como se a relação entre essas diferentes dinâmicas regionais fizesse parte de uma ideia de *integração* presente no imaginário

dos formadores de política externa e oficiais responsáveis, capaz de moldar suas políticas e decisões. Ainda que o fizesse, cabe aos estudiosos diferenciar o que se classifica como processo real rumo à integração e o que faz parte do imaginário político, ou o que pode ser identificado como um fragmento discursivo, ou um recurso retórico.

A naturalização do termo como sendo o objetivo inerente, ou o pano de fundo inseparável das políticas e relações regionais na América Latina não viabiliza a apreensão da realidade político-social para além desse prisma. Qualificar todos (ou quase todos) fenômenos regionais como processos de integração suscita ambiguidades conceituais tais que os processos regionais são tratados como sinônimos de processos integrativos, de redes de cooperação, de dinâmicas de aproximação política, e assim sucessivamente.

A FRONTEIRA NA TEORIA DA INTEGRAÇÃO

Quanto à teoria de RI, o estudo e o conceito de integração foram amplamente desenvolvidos, particularmente nas primeiras fases da história e da análise da construção da União Europeia (UE) nas décadas de 1950-1970 (Richard, 2014). Para grande parte dos teóricos das relações regionais, “teoria da integração” e “neofuncionalismo” são sinônimos virtuais (Rosamond, 2000). Desassociar um do outro é um erro, a menos que se construa pilares teóricos para redefinir o que é integração regional.⁴⁶ O conceito de integração, juntamente com a sua teoria, foi sendo definido e redefinido durante a construção do projeto europeu de unificação.

Dentre muitas definições e vários autores que se debruçaram sobre o desenvolvimento teórico do neofuncionalismo (com especial atenção a Haas e Lindberg) havia concordância de que a integração regional envolvia a formação e a ampliação do papel das instituições regionais e que as partes envolvidas modificariam suas operações e expectativas no decorrer do processo (Niemann,

Schmitter, 2009). O projeto de integração deveria ser iniciado e levado a cabo pelas elites políticas (Haas, 1958; 1967), tendo como centralidade a ação do Estado, que delegaria seu processo de tomada de decisão a outro órgão (Lindberg, 1963). Isso ocorreria visto a incapacidade do Estado, por si só, de garantir seus interesses e objetivos. Por isso, pode-se inferir que a integração regional seja uma tentativa de “reconstruir as erodidas fronteiras nacionais a um nível mais elevado” (Malamud, 2010, pág. 2).

A fronteira, sob essa perspectiva, é compreendida como limite e limitador da ação tanto das partes que constituem o Estado quanto do próprio Estado, à medida que suas elites políticas não logrem reunir ou utilizar as condições necessárias para empregar o potencial integrativo das relações que entretêm com seus pares (Obydenkova, 2006).

A percepção da fronteira no bojo teórico da integração ressalta certas propriedades e menospreza outras. Paradoxalmente, investigar a fronteira sob o guarda-chuva conceitual da integração é vê-la, *em primeira instância*, pela sua funcionalidade enquanto limite e separação; de defesa em termos geopolíticos e de barreira em termos econômicos. Sua característica elementar torna-se o fato de ser uma expansão da soberania do Estado, uma demarcação de sua autoridade territorial, um elemento formador do próprio Estado (cf. Prescott, 1987; Leloup, Stoffel, 2001).

Por conseguinte, a fronteira faz parte de uma territorialidade negativa e de um jogo de poder no qual o Estado constitui-se no maior empecilho para a paz, que é o objetivo central da teoria da integração regional. Em outras palavras, a fronteira torna-se aquilo que deve ser transposto através do aprovisionamento de necessidades e funções comuns entre os povos por ela divididos (Söderbaum, 2009).

Se o Estado (ou instituição regional) não fomentar a cooperação internacional, a fronteira permanece inerte. Sob o arcabouço conceitual da integração, a fronteira só passa a ser percebida a partir dos processos regionalistas chamados “de cima” (*top-down*). Por conseguinte, as relações que ocorrem *na fronteira*, em nível local, perdem

⁴⁶ Um exemplo de reconstrução do conceito de integração regional sob outras bases teóricas pode ser encontrado na análise de Olivier Dabène (2009), na qual uma outra noção de região e de construção regional foi elaborada a partir de certos pressupostos construtivistas.

valor empírico, sendo descartadas tão logo o projeto estatal mostre-se falho ou ineficaz.

No melhor dos casos, a perspectiva da integração possibilita apontar a existência de uma *relação* entre o que ocorre no nível estatal e internacional e as dinâmicas (trans)fronteiriças locais (a integração “de baixo”) (veja Rhi-Sausi e Coletti, 2010), mas sem jamais esclarecer *o como* essa relação ocorre ou *quais as questões em jogo* dentro desse processo.

A fronteira passa a ter alguma relevância analítica para a integração em dois casos pontuais. Em primeiro lugar, na medida em que se inicia a implementação da retirada das barreiras entre os Estados, ou seja, no desmantelamento das restrições legais aos intercâmbios transfronteiriços, ao que se denomina “integração negativa”. Ao final do processo, isto é, quando todos os entraves legais forem retirados, a fronteira dá lugar ao transnacionalismo, ou seja, ao modo de instituição de políticas conjuntas sem barreiras, ao que se chama “integração positiva” (Scharpf, 1996).

Em segundo lugar, a fronteira pode ser também compreendida como elemento integrador, conforme o Estado a empregue para promover a interação das populações lindeiras com o objetivo de ampliar a probabilidade de integração. Nesse processo, o uso de símbolos que engendrem uma identidade comum é bastante presente. Contudo, esse plano de ação não pode ser confundido com o processo de integração *per se*, mas deve ser identificado como um componente agregador do processo de integração regional (Malamud, Schmitter, 2006).

Estudar a fronteira, seu papel e as interações que nela ocorrem tendo como base conceitual a integração regional (e ainda que com o propósito de compreendê-los sob a luz das relações regionalistas) institui um problema epistemológico fundamental, uma vez que as interações que ocorrem naquela escala são desimportantes ou praticamente invisíveis a essa perspectiva. O conceito de integração regional e seu escopo teórico esgotaram, assim, sua capacidade explicativa no que tange as mudanças sofridas nas interações que ocorrem nas áreas (trans)fronteiriças.

Faz-se necessário, dessa forma, o emprego de outro arcabouço teórico e outros conceitos

que deem conta dos processos na fronteira e que possam elucidar questões concernentes à relação desses processos de menor escala às dinâmicas regionalistas de nível “macro”. Ou seja, que compreendam a fronteira como *locus* significativo das relações regionais e dos processos regionalistas.

UTILIZANDO O REGIONALISMO PARA INVESTIGAR A FRONTEIRA

A ideia central da presente seção é apresentar brevemente alguns pilares das teorias do regionalismo que sejam úteis para a reflexão da fronteira e na fronteira. Devido ao fato de o escopo teórico da integração falhar em apreciar a fronteira como importante na construção das dinâmicas regionais, e ao uso ambíguo do conceito de integração, a academia tem pouco estudado os processos que ocorrem nesses espaços. Assim sendo, pretende-se desenvolver alguns argumentos analíticos das teorias do regionalismo.

O fim da ordem bipolar da Guerra-Fria e suas novas divisões de poder e de trabalho, o declínio relativo da hegemonia americana, o aumento da interdependência e dos fluxos da globalização e a virada dos países em desenvolvimento rumo ao sistema político e econômico neoliberal fizeram das décadas de 1980-1990 um período de grandes transformações estruturais que favoreceram o surgimento do chamado novo regionalismo (Hettne, Söderbaum, 2000).

Na conjuntura da hegemonia globalizante e da antiglobalização dela derivada, o regionalismo compõe-se de um conjunto de alternativas intermediárias (*middle-level*) de políticas, práticas e análises (Söderbaum, 2003). Ao longo das décadas supracitadas, o mundo, de fato, testemunhou uma proliferação dessas alternativas, isto é, de projetos e organizações regionais (dentre elas, o exemplo latino-americano mais emblemático é o Mercosul), que objetivavam, ora relevância política aos seus membros, ora economia de mercado (regionalismo aberto).

Cabe ressaltar, no entanto, que o (novo) regionalismo não pode ser balizado tão-somente pelo estabelecimento de instituições ou organizações inter ou transnacionais. Ao contrário, o regionalismo se caracteriza pela sua

“multidimensionalidade, complexidade, fluidez e não-conformidade, e pelo fato de envolver uma variedade de atores estatais e não-estatais, que frequentemente se unem em coalizões informais de múltiplos atores” (Söderbaum, 2003, pp.1-2).

O regionalismo é, dessa forma, resultado de forças em constante transformação nos mais diversos níveis – global, regional, nacional e local – dentre os quais não é possível indicar qual deles é dominante, tendo em vista que seu peso relativo e as interações entre eles são alterados de acordo com o tempo e o espaço (Hettne, Söderbaum, 2000). Assim sendo, é mais apropriado falar em diversos *regionalismos* (Söderbaum, 2003), todos ocorrendo simultaneamente e atuando em diversas escalas, e podendo ter pesos distintos em cada uma delas.

Nessa perspectiva teórica, a fronteira reaparece como elemento pertencente não somente ao Estado, mas a uma região de menor escala, e a qual pode possuir atributos e lógicas próprios. Essa região de fronteira – que pode ser constituída por causa da mesma ou apesar dela – opera sob a ingerência predominante de agentes locais e, por isso, se “auto-organiza”, em resposta às influências dos sistemas macro (de níveis nacional, regional e global) (veja Pecqueur, 2000).

À fronteira, assim, são atribuídos não apenas seu caráter limitador, divisório, mas também sua funcionalidade enquanto articuladora. Ela passa a ser uma *fronteira-filtro*, isto é, nem totalmente aberta, nem inteiramente fechada, tendo um controle de fluxos alicerçado no diagnóstico da utilidade dos mesmos para o desenvolvimento local (Leloup, Stoffel, 2001).

Isso significa que cada fronteira e suas regiões possuem características próprias no tocante às interações que lá ocorrem, tanto em relação às escalas (inter)nacionais de governança, quanto às influências regionais e globais que a elas se apresentam, por isso é mais acertado falar em *fronteiras*, no plural. Ademais, com o esmaecimento das distinções entre o doméstico e o internacional, algumas regiões de pequena escala (*i.e.*, microrregiões) tornam-se transfronteiriças em sua natureza, intrincando as relações com as dinâmicas correntes nas regiões de grande escala (*i.e.*,

macrorregiões) (De Lombaerde, Söderbaum e Van Langenhove, 2010).

Na sua perspectiva comparativa, o regionalismo possibilita a análise do papel das fronteiras e das regiões a elas atreladas ou por elas formadas *vis-à-vis* as influências estruturantes de governança, de território e de identidade. Chamar as fronteiras e seus territórios de *região* desnaturaliza esses elementos e sublinha que aquelas áreas geográficas e as comunidades sociais ligadas a elas não são um estado, mas, ao mesmo tempo, possuem certos atributos vinculados a ele, como lógicas próprias de governança (De Lombaerde et al., 2010)⁴⁷.

O estudo das regiões de/nas fronteiras por parte das perspectivas do regionalismo resulta no cunhar de uma série de conceitos que tentam dar conta dos diversos fenômenos regionalistas que se sucedem nesse nível mais local. Entre eles, destacam-se: “regionalismo transfronteiriço” (*transfrontier regionalism* ou *cross-border regionalism*); “região (trans)fronteiriça” (*borderland* e *(cross-)border region*), “políticas intermésticas”, “microrregionalismo” e outros (veja Asiwaju e Bach, 1999; Perkmann e Sum, 2002; Söderbaum, 2003; De Lombaerde, 2010; De Lombaerde et al., 2010). Cada um desses termos representam uma miríade de significados, de acordo com os focos teóricos, regiões e experiências a eles empregados.

O chamado *regionalismo transfronteiriço*, em comparação com o macrorregionalismo, deve ser visto como uma série de processos mais espontâneos e endógenos, levados a cabo por agentes da sociedade civil, do mercado e do Estado, que organizam redes – ora formais, ora informais – de ação conjunta ou de cooperação (Börzel, 2016). Em outras palavras, são processos que vão além da simples demanda por mais regionalismo (que, na teoria da integração, seria introduzida apenas pelas elites); são também respostas e reações ao regionalismo de maior escala e, por isso, podem ser categorizados como dinâmicas de regionalização, ou seja, de construção regional (*region-building*).

47 Isto porque a região, sob o escopo teórico do regionalismo, perde seu caráter natural, de simples contigüidade física, e passa a ser compreendida como fruto direto da ação humana coletiva, dos processos formadores de uma identidade comunitária (Söderbaum, 2013).

As fronteiras, sob o arcabouço teórico e conceitual do regionalismo, assumem seu caráter altamente heterogêneo, intrincado e fluido. Sobretudo, as fronteiras passam a ser relevantes do ponto de vista analítico. No tocante às *fronteiras enquanto processos sociais*, elas podem tanto influenciar as dinâmicas que ocorrem em níveis mais elevados de interação, quanto são influenciadas pelas macroestruturas regionais. Abrem-se, a partir dessas perspectivas, outras frentes de investigação que podem enriquecer grandemente o debate sobre o lugar da fronteira nas dinâmicas regionalistas.

AS FRONTEIRAS COMO FONTE DE DADOS DO REGIONALISMO

A questão que se posta, a partir desse ponto, é saber que investigações podem ser efetuadas tendo a fronteira como *locus* primordial dos fenômenos regionalistas. Assim sendo, a presente seção pretende explorar algumas trilhas que possam conduzir a agenda de pesquisas futuras no que concerne o estudo das fronteiras e seus fenômenos sob a luz de certos processos regionalistas ocorrentes na América Latina.

Há muitas lacunas a preencher no que diz respeito a uma maior valorização do material empírico sobre os regionalismos latino-americanos (de Lombaerde, 2015). É imperativo e necessário que haja levantamentos sistemáticos de dados primários nas regiões transfronteiriças. Há um déficit considerável de pesquisas que procurem levantar dados referentes a interações entre populações lindeiras em ambos os lados, seja pelo uso de teorias e categorias distintas que não se debruçam sobre os mesmos (como no caso das teorias da integração), seja pela dificuldade em encontrar as referidas informações nos mais variados ambientes que as fronteiras proporcionam.

Tendo já sido apresentada uma outra abordagem para o estudo dos fenômenos regionalistas, é imprescindível, assim, listar algumas das fontes possíveis de dados *na e da* fronteira, juntamente com o potencial analítico de cada uma delas. No tocante à busca de dados oficiais, é possível verificar, por exemplo, se houve empresas de um lado da fronteira que investiram, compraram, venderam ou receberam bens da outra banda da

“linha-filtro”. Outra alternativa é levantar dados sobre a situação econômico-financeira e comercial de cidades contíguas através de relatórios oficiais, juntas comerciais, pesquisas municipais, de sindicatos, e outras instituições concernentes.

Esses dados permitem enxergar a evolução (ou involução) das trocas comerciais e dos movimentos econômicos formais ao longo do tempo, abrindo espaço para um diagnóstico da interação e da cooperação locais. Ademais, tais pesquisas possibilitariam relacionar os dados com as políticas macrorregionais que intercorreram no mesmo período, de forma a identificar ou mensurar a influência dos processos “de cima” sobre as dinâmicas microrregionais em determinada fronteira. Além disso, seria factível analisar o grau de interdependência entre os vizinhos, comparando-o, mais uma vez, com os processos que ocorrem em escala maior.

A título de exemplo, é possível cruzar os dados (referidos anteriormente) das regiões transfronteiriças de Brasil e Uruguai com os acordos oriundos da Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, de 2002 (veja Lemos, 2013; Lemos e Rückert, 2014; MatiuZZi de Souza, 2014; 2015). Esse cruzamento possibilita identificar que regiões responderam com mais (ou menos) cooperação, analisando caso a caso as razões do desenvolvimento dessas dinâmicas. Além disso, é possível apontar o quanto as políticas aplicadas a partir da Nova Agenda impactaram essas regiões, comparando-as umas às outras, e sendo possível assinalar quais as áreas econômicas, comerciais e de serviços com maior potencial de cooperação em cada uma das regiões investigadas.

As chamadas “cidades-gêmeas”, conurbações urbanas de envergaduras diversas que foram assim denominadas com vistas a aperfeiçoar políticas de cooperação transfronteiriças, são um ponto de partida interessante para executar tais levantamentos e análises. São, em sua maioria, municípios ou departamentos minimamente estruturados, que possuem secretarias e outros órgãos capazes de fornecer alguns desses dados, ainda que rústicos. As áreas de investigação podem ser, em primeira instância, aquelas de prestação de serviços públicos (saúde, saneamento, educação, transporte, moradia, segurança, documentação etc.).

As cidades-gêmeas são laboratórios importantes, tanto para a análise de implementação de políticas de desenvolvimento de nível macro, quanto de execução de projetos locais de cooperação. Isso implica em considerar a fronteira como *locus* de políticas regionais multiescalares. Com origem na Geografia, o conceito “multiescalar” tem sido bastante utilizado no estudo, por exemplo, de movimentos populacionais (Giménez, 2001; Barbieri, 2007; Benedetti, 2011) e de segurança (d’Hautefeuille, 2010; Fagundes e Rückert, 2014) em áreas de fronteiras e tem grande potencial a ser empregado na perspectiva do regionalismo comparativo. A análise de políticas regionais multiescalares pode englobar aspectos como a construção, a implementação e o impacto dessas dinâmicas políticas em regiões transfronteiriças, identificando mudanças nos fluxos, interações e territorialidades de uma região.

Além disso, é possível analisar esses processos transfronteiriços a partir do ponto de vista da governança. O conceito de “governança multinível” oferece boas perspectivas para o estudo do regionalismo nas áreas transfronteiriças (veja Barragán, 2014). Diversos trabalhos têm sido produzidos no contexto do regionalismo latino-americano, utilizando-se desse conceito (Marteles, 2009; Flemes, Radseck, 2012; Serbin, Martínez, Ramanzini Júnior, 2012; Pastrana Buelvas, Gehring, 2014).

Da mesma forma, tendo como base os dados supracitados, é possível identificar como diferentes regiões, que operam em diferentes níveis e com qualidades distintas, se relacionam, do ponto de vista qualitativo. Pode-se encontrar relações de complementaridade, em que, por exemplo, macrorregiões promovem o microrregionalismo transfronteiriço através de políticas e incentivos, como o faz a Comunidade Andina (CAN) (De Lombaerde, 2010).

No que concerne as interações informais que se dão no âmbito local, cabe investigar sindicatos das mais variadas classes trabalhistas, associações, organizações não-governamentais e outras instituições representantes da sociedade civil, para que se identifiquem as relações que entretêm com seus pares homólogos, que muito comumente

ocorrem no âmbito informal⁴⁸. Torna-se viável assinalar algumas dinâmicas microrregionais a partir de certos setores sociais. Tais dados se entendem como regionalismo *de facto*, que incide em paralelo ao regionalismo “oficial” (cf. Soto Acosta e Ramirez Brenes, 2014).

Essas relações informais são fonte de dados disponível para análises discursivas, elemento central na construção de uma região. Nesse aspecto, o chamado *Region-Building Approach* desenvolvido por Iver B. Neumann (1994; 2003) permite mapear os artifícios utilizados no processo de construção regional, não importando seu tamanho ou relevância no cenário global. Entendendo regiões como “comunidades imaginadas” Neumann analisa os principais pilares discursivos que constroem e desconstroem uma região, enfatizando seus atributos endógenos e renovando o olhar sobre a mesma, identificando relações de poder intrínsecas às diversas relações ali existentes.

Outra alternativa de investigação é a de agregar dados empíricos de pesquisas já realizadas por outros especialistas. Muito já se produziu no que diz respeito às interações transfronteiriças, mas sob perspectivas díspares, como avaliação de políticas públicas, geografia humana e geopolítica, sociologia e antropologia. Grande parte desses trabalhos estão em forma de estudos de caso e podem ser analisados por grupo de especialidades. Esse material é fonte empírica útil na construção de análises dos regionalismos latino-americanos e ainda carece de maiores atenções.

Essas pesquisas têm o potencial de analisar quantitativa e qualitativamente as dinâmicas da regionalização nas regiões transfronteiriças, isto é, o processo do regionalismo nas escalas “micro”. Tanto material requer pesquisadores que o ordenem e o analisem, que utilizem das teorias do regionalismo para compreender o lugar desses processos na construção regional.

CONCLUSÕES

A variedade das experiências regionais e regionalistas no continente latino-americano é

⁴⁸ É comum a informalidade passar também a administração pública, mas pesquisá-la é processo delicado, sendo que, comumente, o tema é tabu entre tomadores de decisão nos meios políticos e administrativos.

rica fonte de dados. Muitos deles, apesar de disponíveis, como no caso das fronteiras, são deixados de lado por grande parte da academia, particularmente no estudo das relações internacionais, por enfatizar sobremaneira a utilização do conceito de integração e as teorias dele advindas.

Essas teorias e perspectivas não deram conta de abarcar certas transformações estruturais que levaram as dinâmicas nas fronteiras a um lugar de relevância, tanto do ponto de vista analítico, quanto do social. É importante, assim, aplicar outras abordagens que estudem esses processos no escopo do regionalismo e, com isso, trazer as fronteiras e os fenômenos que ali ocorrem ao centro das análises internacionalistas.

O material empírico presente nas fronteiras mostra-se abundante e possibilita a compreensão mais aprofundada dos fenômenos regionalistas. Ademais, as fronteiras como fonte de dados podem beneficiar construções teóricas sobre o(s) regionalismo(s) que transcendem a própria região, alcançando graus explicativos sobre outras experiências ao redor do mundo (de Lombaerde, 2015). Logo, a dimensão e o valor de tais investigações podem exceder a simples compreensão das experiências regionalistas da América Latina e passar a dialogar com as teorias que têm sido desenvolvidas pelas RI globalmente, assim como servir de escopo analítico para outras experiências regionais.

BIBLIOGRAFÍA DE LA TERCERA PARTE

- 60 años después: vigencia del espíritu de Bandung. (2015). *América Latina en Movimiento*, 504, maio de 2015, ano 39. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/revistas/169851>
- Alonso, José. (2013). *Cooperación con países de renta media. Un enfoque basado en incentivos*. Madrid: SGCID.
- Altmann, Jossette. (2015). *Modelos de Desarrollo, Alianzas Políticas e Integración Latinoamericana*. Universidad Leiden.
- Arévalo, Guillermo. (2014). *La Alianza Pacífico: geopolítica e integración económica*. VIA IURIS 16: 159-172. Colombia: Fundación Universitaria Los Libertadores. En línea: <http://www.redalyc.org/pdf/2739/273933373009.pdf>.
- Asiwaju, A., Bach, Daniel. (1999). *Transfrontier Regionalism. The Revival of Regional Integration in Africa*. Ibadan, Institut français de recherche en Afrique, online: <http://books.openedition.org/ifra/590>
- Axline, Andrew (ed.). (1994). *The Political Economy of Regional Cooperation: Comparative Case Studies* (Pinter, 1994), p. 217.
- Balassa, Bela. (1964). *Teoria da integração Econômica*. Lisboa: Clássica Editora.
- Balassa, Bela. (1980). *Teoría de la integración económica*. 2ª edición. México: Uteha.
- Banco Interamericano de Desarrollo. (2016). *Costa Rica, cada vez más cerca de entrar a la Alianza del Pacífico*. En línea: <http://www.iadb.org/es/temas/comercio/costa-rica-cada-vez-mas-cerca-de-entrar-a-la-alianza-del-pacifico,9529.html>
- Banco Mundial. (2011). *Crimen y violencia en Centroamérica. Un desafío para el desarrollo*. Washington: Banco Mundial.
- Barbieri, Alisson. (2007). Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 24, pp. 225-246.
- Bárcena, Alicia, Prado, Antonio (editores). (2015). *Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. Santiago de Chile: CEPAL-IDRC.
- Barquero, Marvin. (12 de febrero, 2014a). Beneficios opacan dudas de ingreso a Alianza del Pacífico. *La Nación*. En línea: http://www.nacion.com/economia/politica-economica/Beneficios-opacan-ingreso-Alianza-Pacifico_0_1396260383.html
- Barquero, Marvin. (19 de diciembre, 2014b). Costa Rica negociará entrada a Alianza del Pacífico a inicios de 2015. *La Nación* (Economía). En línea: http://www.nacion.com/economia/politica-economica/Costa-Rica-negociara-Alianza-Pacifico_0_1458254198.html
- Barquero, Marvin. (22 de octubre, 2015c). *Sector privado se divide ante ingreso a Alianza del Pacífico*. *La Nación* (Economía). En línea: http://www.nacion.com/economia/politica-economica/Sector-privado-ingreso-Alianza-Pacifico_0_1519648048.html

- Barragán, Federico. (2014). El enfoque territorial en los estudios de cooperación transfronteriza. En: Acosta, Willy, Ramírez, Juan (Eds.). *Estudios transfronterizos: un enfoque desde las relaciones internacionales*. Heredia (Costa Rica), Universidad Nacional de Costa Rica, pp. 1-16.
- Benedetti, Alejandro. (2011). Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. En: Costa, E., Costa, G., Oliveira, M. (Eds.). *Fronteiras em foco*, Campo Grande, Editora da UFMS, pp. 33-55.
- Börzel, Tanja. (2012). Do All Roads Lead to Regionalism? Em: Borzel, T., Gotermann, Lukas, Lohaus, Mathis, Striebinger, Kai. *Roads to Regionalism: Genesis, Design, and Effects of Regional Organizations*. Chapter 14, pp. 255-268. Ashgate.
- Börzel, Tanja. (2016). Theorizing Regionalism: Cooperation, Integration, and Governance. In: Börzel, Tanja, Risse, Thomas (Eds.). *Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford, Oxford University Press, pp. 41-63.
- Briceño, José, Rivarola, Andrés, Casas, Ángel (editores). (2012). *Integración latinoamericana y caribeña. Política y economía*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Bull, Benedicte. (2014). Towards a Political Economy of Weak Institutions and Strong Elites in Central America. *European Review of Latin American Studies*, nº97, October, pp. 117-128.
- Cabré, Teresa. (1993). *La terminología: Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida-Empúries.
- Caldentey, Pedro, Romero, José. (2010). El SICA y la UE: la integración regional en una perspectiva comparada. *Colección Estudios Centroamericanos*, nº 1. San Salvador: Fundación ETEA.
- Caldentey, Pedro. (2013). La integración regional, marco de la cooperación horizontal en América Latina, pp. 189-204. En: Arriola, Salvador, Garranzo, Rafael, Ruiz, Laura (coordinadores). *La renovación de la cooperación iberoamericana. Transformaciones para una agenda post 2015*. Ed. SEGIB/AECID. 317 pp.
- Caldentey, Pedro. (2014). Los desafíos de la Integración Centroamericana. *Serie estudios y perspectiva 156*. México: CEPAL.
- Cancillería Colombia. (2014). *Declaración de Cali*. Suscrita en la Séptima Cumbre de la Alianza del Pacífico. En línea: <http://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/declaracion-cali-suscrita-la-septima-cumbre-la-alianza-del-pacifico-los-presidentes>.
- Casas, Ángel. (2002). La economía política internacional de la nueva integración regional de las Américas: el caso de la Comunidad Andina. *Revista Integración & comercio*. Año 6, número 16, Enero-Junio 2002. BID-INTAL.
- Central America Data. (2014). *Costa Rica: Pacific Alliance Divides Entrepreneurs*. Central America Data, March 25th 2014. En línea: http://en.centralamericadata.com/en/article/home/Costa_Rica_Pacific_Alliance_Divides_Entrepreneurs
- CEPAL. (2012). *Centroamérica y República Dominicana: crecimiento, ciclos y transformación económica, 1990-2011*. México: CEPAL.
- CEPAL. (2013). *Estudio económico para América Latina y el Caribe. Tres décadas de crecimiento desigual e inestable*. Santiago de Chile: CEPAL, División de desarrollo económico.
- Chaves, Natalia. (4 de septiembre, 2014). Costo de quedarse fuera de la Alianza del Pacífico sería altísimo. *La República*. En línea: https://www.larepublica.net/app/cms/www/index.php?pk_articulo=533320107
- Colacrai, Miryam, Zubezú, Graciela. (2004). Las vinculaciones externas y la capacidad de gestión internacional desplegadas por las provincias argentinas en la última década: una lectura desde las relaciones internacionales. En: Tullo, Wanderley, Barreto, M., Passini, Marcelo (Eds.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Editora da PUC, Editora da Unesp/Cedec/Fapesp, pp. 313-344.
- Cordero, Martha. (2014). *El comercio de bienes y servicios en Centroamérica, 2014*. México: CEPAL.
- Corrales, Carlos. (19 de noviembre, 2014). ¿Qué es la Alianza del Pacífico? *La Nación* (Opinión). En línea: http://www.nacion.com/opinion/foros/Alianza-Pacifico_0_1452254767.html.
- Cristhine, Geórgia. (15 de julio, 2015). *Embaixador brasileiro: Cúpula do BRICS solidificou relações comerciais Brasil-Rússia*. Disponível em: <http://br.sputniknews.com/opiniao/20150715/1581257.html>

- D'Hautefeuille, Madeleine. (2010). La frontière et ses échelles: les enjeux d'un pont transfrontalier entre la Guyane française et le Brésil. *Cybergeo: European Journal of Geography*, vol. 514, online: <http://cybergeo.revues.org/23405>
- Da Motta, Pedro, Ríos, Sandra. (2007). O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. *Series Comercio Internacional*, nº 82. Santiago de Chile: CEPAL.
- Dabène, Olivier. (2009). *The Politics of Regional Integration in Latin America Theoretical and Comparative Explorations*. New York: Palgrave Macmillan.
- Dabène, Olivier. (2009). *The politics of regional integration in Latin America: theoretical and comparative explorations*. New York: Palgrave Macmillan.
- Dantas, San Tiago. (1962). *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- De Jesus, Diego. (2013). A contradição é nossa: as políticas Externa e Nuclear do segundo Governo Vargas. Em: Costa, Marcos (Org.). *Os Boêmios Cívicos*. Rio de Janeiro: E- Papers/Centro Internacional Celso Furtado/Coleção Pensamento Crítico Ed.
- De la Reza, Germán. (2006). *Integración económica en América Latina. Hacia una nueva comunidad regional en el s. XXI*. México: Universidad Autónoma Metropolitana & Plaza y Valdés.
- De Lombaerde, Philippe, Söderbaum, Fredrik, Van Langenhove, Luk. (2010). The Problem of Comparison in Comparative Regionalism. *Review of International Studies*, vol. 36, no. 3, pp. 731-753.
- De Lombaerde, Philippe. (2010). How to 'connect' micro-regions with macro-regions? A Note. *Perspectives on Federalism*, vol. 2, no. 3, pp. 29-37.
- De Lombaerde, Philippe. (2015). *Theorizing Latin American Regionalism in the 21st Century*. Paper apresentado no I International Workshop on Regionalism and Integration Processes in Latin America, 24 de novembro, Liège.
- De Pierro, Bruno. (2015). Afinidades cultivadas: Aproximação entre os países dos Brics rende frutos científicos, mostra estudo. Em: *PESQUISA FAPESP 227*.
- Decraene, Philippe. (1962). *El Panafricanismo*. Buenos Aires: EUDEBA.
- Deutsch, Karl, Burrell, Allison, Kann, R. (1957). *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience*. Princeton: Princeton University Press.
- Dieter, Heribert. (2015). *El retorno de la geopolítica. La política comercial en la era del TTIP y el TPP*. Alemania: Fundación Friedrich Ebert (FES).
- Evenett, Simon, Vines, David. (2012). Crisis-era protectionism and the multilateral governance of trade: an assessment. *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 28, No. 2, Summer 2012, pp. 195-210.
- Fagundes, Flávia, Aldomar, Arnaldo. (2014). Entendendo a segurança fronteiriça, uma abordagem multiescalar: o caso da trílice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*, vol. 1, pp. 863-875.
- Fawcett, Louise, Hurrell, Andrew (eds.). (1995). *Regionalism in world politics*. Oxford University Press.
- Fawcett, Louise. (2005). Regionalism from an Historical Perspective. In: Langenhove, Luk, Hettne, Björn, Farrell, Mary. *Global Politics of Regionalism: Theory and Practice*. Pluto Press.
- Fiorentino, Roberto. (2011). The never-ending story of regional trade agreements, pp.3-30. In: Jovanovic, Miroslav (Editor). (2011). *International Handbook on the Economics of Integration*, vol I. General Issues and Regional Groups. Edward Elgar Publishing. UK.
- Flemes, Daniel, Radseck, Michael. (2012). Gobernanza multinivel de seguridad en América del Sur. *Papel Político*, vol. 17, no. 1, pp. 203-238.
- Frankel, Jeffrey, Stein, Ernesto, Wei, Shang. (1996). Regional Trading Arrangements: Natural or Supernatural? *The American Economic Review*, Vol. 86, nº 2, pp. 52-56.
- Frieden, Jeffrey, Martin, Lisa. (2003). *International Political Economy: Global And Domestic Interactions. Political Science: The State of The Discipline*. Ed. Ira Katznelson & Milner, Helen. New York: W.W. Norton.
- Furtado, Celso. (2000). Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Em: Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.

- Gamble, Andrew, Payne, Anthony (eds.). (1996). *Regionalism and World Order*. Londres: Macmillan.
- García, Maribel. (2014). *El nuevo regionalismo estratégico: los primeros diez años del ALBA-TCP*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Giménez, Gilberto. (2001). Cultura, territorio y migraciones. Aproximaciones teóricas. *Alteridades*, vol. 11, no. 22, pp. 5-14.
- Gobierno de Costa Rica. (2011). *Informe del Gobierno de Costa Rica. Mecanismo de Examen de las Políticas Comerciales Costa Rica*. En línea: http://www.comex.go.cr/tratados/multilaterales/omc/examenes_politicas/1995/Informe%20Gov.%20politica%20comercial%20CR.pdf
- Goertz, Gary. (2006). *Social Science Concepts: A User's Guide*. Princeton: Princeton University Press.
- Gonçalves, Williams, Miyamoto, Shiguenoli. (1993). Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. Em: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n.12.
- Gonçalves, Williams. (2003). *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal – Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa.
- Granato, Leonardo, Oddone, Nahuel. (2010). Alianza Bolivariana y UNASUR a la búsqueda de autonomía, orígenes y objetivos. *Intellector*, vol. 7, no. 13, pp. 1-25.
- Gratius, Susanne, Saraiva, Miriam. (2013). *Continental Regionalism: Brazil's prominent role in the Americas*. CEPS Working Document No. 374 / February 2013.
- Griffiths-Spielman, John. (2009). Procesos de integración regional en defensa: ¿Consejo Sudamericano de Defensa-UNASUR: Un nuevo intento? *Globalización, Competitividad y Gobernabilidad*, vol. 3, no. 1, pp. 104-119.
- Guitard, Odette. (1962). *Bandung y el despertar de los pueblos coloniales*. Buenos Aires: EUDEBA.
- Gupta, Anju, Schiff, Maurice. (1997). *Outsiders and Regional Trade Agreements among Small Countries*. Policy Research Working Papers 1.847. Washington: Banco Mundial.
- Gutiérrez, Tatiana. (11 de mayo, 2015^a). *Comex trata de cabildear con el MEIC y con el MAG el apoyo para la Alianza del Pacífico*. Crhoy. En línea: <http://www.crhoy.com/comex-trata-de-cabildear-con-el-meic-y-con-el-mag-el-apoyo-para-la-alianza-del-pacifico/>
- Gutiérrez, Tatiana. (15 de enero, 2015b). *Costa Rica firmará en febrero el proceso de adhesión a la Alianza de Pacífico para su eventual incorporación*. Crhoy. En línea: <http://www.crhoy.com/costa-rica-firmara-en-febrero-el-proceso-de-adhesion-a-la-alianza-del-pacifico-para-su-eventual-incorporacion/>
- Haas, Ernest. (1958). *The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces*. Ed. Stanford University Press, p. 16.
- Haas, Ernest. (1971). The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. In: Lindberg, L., Scheingold, Stuart (eds.). *Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge, MA: Harvard University Press, pp.3-44.
- Haas, Ernst. (1958). *The Uniting of Europe*. Stanford: Stanford University Press.
- Haas, Ernst. (1967). The Uniting of Europe and the Uniting of Latin America. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, vol. 5, no. 4, pp. 315-343.
- Hettne, Björn. (2005). Beyond the “New” Regionalism. *Journal New Political Economy*. Vol. 10, no.4.
- Hettne, Björn, Söderbaum, Fredrik. (1998). The new regionalism approach. In: *Politeia*. Volumen 17, n° 3. pp. 6-21.
- Hettne, Björn, Söderbaum, Fredrik. (1998). The new regionalism approach. *Journal Politeia*, Vol. 17, n° 3. pp. 6-21.
- Hettne, Björn, Söderbaum, Fredrik. (2000). Theorising the Rise of Regionness. *Journal New Political Economy*, vol. 5, no.3, pp.457-473.
- Hettne, Björn, Söderbaum, Fredrik. (2000). Theorising the Rise of Regionness. *New Political Economy*, vol. 5, no. 3, 457-472.
- Hettne, Björn, Söderbaum, Fredrik. (2006). Regional Cooperation: a tool for addressing regional and global Challenges. In: *Meeting Global Challenges: International Cooperation in the National Interest*. 2006 Cross-cutting Issues (Stockholm: secretariat of the international task Force on global Public goods).

- Hettne, Björn. (1999). Globalization and the New Regionalism: The Second Great Transformation. In: Hettne, Björn, Inotai, András, Sunkel, Osvaldo (eds.). *Globalism and the New Regionalism*, pp. 1-24. London: Macmillan.
- Hettne, Björn. (1999). Globalization and the New Regionalism: The Second Great Transformation. In: Hettne, Björn, Inotai, András, Sunkel, Osvaldo (eds.). *Globalism and the New Regionalism*, pp. 1-24. London: Macmillan.
- Hirst, Monica, Soares, Maria. (2006). Brazil as Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs* 82.
- Hobsbawm, Eric. (1995). *A era dos extremos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Hurrell, Andrew. (1995). Regionalism in theoretical perspective. In: Fawcett, Louise, Hurrell, Andrew (eds.). *Regionalism in world politics. Regional organization and international order*. New York: Oxford University Press.
- La Nación. (2 de julio, 2015). *Ministro de Comercio y Canciller viajan a Perú para reunirse con socios de la Alianza del Pacífico*. (Economía). En línea: http://www.nacion.com/economia/Comex-Peru-reunirse-Alianza-Pacifico_0_1497250332.html.
- Lacé, Rolando. (2014). *Costa Rica preparada para ingresar a la Alianza del Pacífico*. Consortium. En línea: <http://www.consortiumlegal.com/images/newsl/mayo2014/es/notas/entrevista.html>
- Leite, Patrícia. (2011). *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: FUNAG.
- Leloup, Fabienne, Stoffel, Sophie. (2001). Intégration régionale et frontière dans le Mercosur: entre théorie, principes et réalités. *Mondes en développement*, vol. 3, no. 115-116, pp. 73-80.
- Lemos, Bruno, Aldomar, Arnaldo. (2014). A Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai: repercussões territoriais nas cidades-gêmeas de Sant'Ana do Livramento e Rivera. *Revista Política e Planejamento Regional*, vol. 1, no. 1, pp. 138-158.
- Lemos, Bruno. (2013). *A Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai: Repercussões territoriais nas cidades-gêmeas de Sant'ana do Livramento e Rivera*. (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Lindberg, Leon. (1963). *The Political Dynamics of European Economic Integration*. Stanford-CA: Stanford University Press.
- Malamud, Andrés, Schmitter, Philippe. (2006). La experiencia de integración europea y el potencial de integración del Mercosur. *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*, vol. 181, pp. 3-31.
- Malamud, Andrés. (2002). *Regional integration in Latin America: comparative theories and institutions*. Universidade de Salamanca. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n44/n44a07.pdf>
- Malamud, Andrés. (2010). *Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional*. Paper presentado no V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), Buenos Aires.
- Malamud, Andrés. (2011). *Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. Norteamérica*. Año 6, número 2, julio-diciembre de 2011.
- Mansfield, Edward, Milner, Helen. (1999). The New Wave of Regionalism. In: *International Organization* 53, 3. Summer 1999, pp. 589-627.
- Marteles, Silvia. (2009). *Fortalecimiento de la gobernanza transfronteriza en América Latina a través de la cooperación descentralizada: La experiencia del programa Fronteras Abiertas*. Paper presentado no BRIT X - Congreso las Regiones Fronterizas en Transición, Arica, Chile e Tacna, Perú.
- Matiuzzi, Gustavo. (2014). Demandas por regulação na região fronteira brasileira-uruguaia. *Século XXI*, vol. 5, no. 2, pp. 13-32.
- Matiuzzi, Gustavo. (2015). Parceria estratégica Brasil-Uruguai no contexto da inserção internacional brasileira (2003-2014). *Monções*, vol. 4, no. 7, pp. 165-185.
- Mattli, Walter. (1999). *The Logic of Regional Integration. Europe and Beyond*. Cambridge University Press. Cambridge.
- Mattli, Walter. (1999). *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. Cambridge University Press. Cambridge, UK.

- Mello, Eduardo. (2014). Nova PEI, uma questão de ênfase. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais* v.3, n.5, Jan-Jun.
- Mihailovic, Dejan. (2016). Geopolítica y orden global: posibilidades para un nuevo merionalismo. En: *Razón y Palabra*, N. 52. México- ITESM. En línea: <http://www.razonypalabra.org.mx/n62/dmihailovic.html>.
- Mora, Alexander. (2014). Proceso de consulta inicia este mes. *La República*. En línea: https://www.larepublica.net/app/cms/www/index.php?pk_articulo=533320107
- Moya, Sergio. (2015). *El sinuoso camino hacia la Alianza del Pacífico*. Observatorio de la Política Internacional. Análisis Semanal. En línea: <http://opi.ucr.ac.cr/sites/default/files/publicaciones/An%C3%A1lisis%20semanal%2015.pdf>
- Neumann, Iver. (1994). A region-building approach to Northern Europe. *Review of International Studies*, vol. 20, pp. 53-74.
- Neumann, Iver. (2003). A region-building approach. In: Söderbaum, Fredrik, Shaw, Timothy (Eds.). *Theories of new regionalism: a Palgrave reader*. Hampshire (UK) & New York: Palgrave Macmillan, pp. 160-178.
- Niemann, Arne, Schmitter, Philippe. (2009). Neofunctionalism. In: Wiener, Antje, Diez, Thomas (Eds.). *European Integration Theory* (Second Edition). Oxford, New York: Oxford University Press, pp. 45-66.
- Noguera, Jarmon. (14 de abril, 2015). Agricultores expresan su repudio a ingreso a Alianza del Pacífico. *La Prensa Libre*. En línea: <http://www.prensalibre.cr/Noticias/detalle/20446/233/agricultores-expresan-su-repudio-a-ingreso-a-alianza-del-pacifico>.
- Nolte, Detlef. (2013). Latin America's New Regional Architecture: Segmented Regionalism or Cooperative Regional Governance? In: *XXXI International Congress of the Latin American Studies Association* (LASA), Washington D.C.
- Nye, Joseph. (1965). *Patterns and Catalysts in Regional Integration*. International Organization, 19(4), 870-884.
- Obydenkova, Anastassia. (2006). New Regionalism and Regional Integration: the Role of National Institutions. *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 19, no. 4, pp. 589-610.
- Oliveira, Amâncio, Onuki, Janina. (2000). Brasil, Mercosul e a segurança regional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, no. 2, pp. 108-129.
- Ortiz, Uriel. (15 de febrero, 2014). *Pro y contras Alianza del Pacífico*. Semana. En línea: <http://www.semana.com/opinion/articulo/alianza-del-pacifico-sus-pro-contras-opinion-uriel-ortiz/377566-3>.
- Pastrana, Eduardo, Gehring, Hubert. (2014). *Suramérica en el escenario global: gobernanza multinivel y birregionalismo*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Pecqueur, Bernard. (2000). *Le développement local* (2ème édition revue et augmentée ed.). Paris, Syros/ Alternatives Économiques.
- Perkmann, Markus, Ngai-Ling, Sum. (2002). *Globalization, Regionalization and Cross-Border Regions*. New York: Palgrave Macmillan.
- Prebisch, Raúl. (2000). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. Em: Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro: Record, p. 71-136.
- Prensa Libre. (2015). *Costa Rica: Agro contra Alianza del Pacífico*. En línea: http://www.centralamericadata.com/es/article/home/Costa_Rica_Agro_contra_Alianza_del_Pacifico.
- Prescott, J. (1987). *Political Frontiers and Boundaries*. London: Allen & Unwin.
- Quintanar, Silvia, López, Rodolfo. (2003). O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul americana (Iirsa): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, no.1, pp. 213-221.
- Rhi-Sausi, José, Coletti, Raffaella. (2010). *Cross-border regional integration and cooperation in Latin America: experiences and perspectives*. Year book for decentralised cooperation. Observatorio de Cooperación Descentralizada Unión Europea - América Latina. Montevideo.
- Richard, Yann. (2014). Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. *Confins*. Vol. 20, online: <http://confins.revues.org/8939>
- Rigirozzi, Pía. (2012). Re-territorializando consensos: Hacia un regionalismo post-hegemónico en América Latina. En: Serbin, Andrés, Martínez,

- Laneydi, Ramanzini, Haroldo. *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*. Buenos Aires: CRIES.
- Rodrigues, José. (1966). *Interesse nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rodríguez, Isabel, Vieira, Edgar. (2015). *Perspectivas y Oportunidades de la Alianza del Pacífico*. (Editores) Introducción. Colegio de Estudios Superiores de Administración-CESA-. Editorial CESA.
- Rodríguez, Isabel. (2015). *Oportunidades y desafíos que plantea la Alianza del Pacífico para la política exterior y para los modelos de integración regional de sus miembros*. Capítulo 1. Perspectivas y Oportunidades de la Alianza del Pacífico. (Editores) Introducción. Colegio de Estudios Superiores de Administración-CESA. Editorial CESA.
- Rojas, Francisco, Caldentey, Pedro. (2013). Central American's relation with Latin America, pp. 322-335. En: Sánchez-Ancochea, Diego, Martí, Salvador. *Handbook of Central American Governance*. Routledge. UK.
- Rosamond, Ben. (2000). *Theories of European integration*. Houndmills, Macmillan Press.
- Ruiz, Gerardo. (15 de mayo, 2015a). Costa Rica tiene pocos sectores sensibles según estudios sobre Alianza del Pacífico. *El Financiero*. San José. En línea: http://www.elfinancierocr.com/economia-y-politica/Estudios-Alianza-Pacifico-sensibles-Comex_0_737926201.html.
- Ruiz, Gerardo. (22 de marzo, 2015b). Ingreso de Costa Rica a Alianza del Pacífico está en suspenso. *El Financiero*. San José. En línea: http://www.elfinancierocr.com/economia-y-politica/Alianza_del_Pacifico-Laura_Chinchilla-Luis_Guillermo_Solis-Alexander_Mora_0_704929506.html
- Sanahuja, José. (2007). Regionalismo e integración en América Latina: balance y perspectivas. *Revista de Pensamiento Iberoamericano*, nº 0. Segunda época, enero de 2007, pp. 75-106.
- Sanahuja, José. (2008). Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. En: *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*, pp. 11-54, nº 7, año 2008-2009. Buenos Aires: CEGRE, CIEI, CIEM, CRIES. En www.cries.org
- Sanahuja, José. (2011). *Entre los Objetivos de Desarrollo del Milenio y la cooperación sur-suractores y políticas de la ayuda al desarrollo en América Latina y el Caribe*. Pensamiento iberoamericano, Nº. 8, 2011 (Ejemplar dedicado a: Las relaciones triangulares Estados Unidos, Unión Europea y América Latina), pp. 195-222.
- Sanahuja, José. (2012). Regionalismo postliberal y multilateralismo en Sudamérica: el caso de UNASUR. Pp. 19-72. En: Serbin, Andrés, Martínez, Laneydi, Ramanzini, Haroldo (coordinadores). (2012). *El regionalismo postliberal en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevo desafíos*. Buenos Aires: CRIES.
- Sanahuja, José. (2014). Enfoques diferenciados y marcos comunes en el regionalismo latinoamericano: Alcance y perspectivas de UNASUR y CELAC. En: *Pensamiento propio: El hemisferio en transformación: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante* 39. Año 19. Edición especial. Buenos Aires. CRIES-Universidad de Gualadajara-Universidad Iberoamericana. Enero-junio 75-109.
- Sánchez-Ancochea, Diego, Martí, Salvador. (2014). Central America's triple transition and the persistent power of the elite, pp. 4-22. En: Sánchez-Ancochea, Diego, Martí, Salvador. (2014). *Handbook of Central American Governance*. Routledge. UK.
- Santos, Francisco, Pozo, Olga. (2013). *El SICA: Diálogos sobre una integración dinámica y singular en América Latina*. Colección Estudios Centroamericanos nº 4. San Salvador: Fundación ETEA.
- Santos, Francisco. (2013). Cambios en el escenario del regionalismo latinoamericano. Del regionalismo abierto al regionalismo postliberal. En: Santos, Francisco, Pozo, Olga. (2013). *El SICA: diálogos sobre una integración dinámica y singular en América Latina*. Fundación ETEA para el Desarrollo y la Cooperación. Colección de estudios centroamericanos Nº 4.
- Santos, Francisco. (2013). *Sociedad civil e integración centroamericana*. Colección Estudios Centroamericanos nº 3. San Salvador: Fundación ETEA.
- Sarti, Ingrid. (2013). Desafios da integração ampliada da América do Sul. In: Ingrid Sarti, Daniela Perrotta, Mônica Leite Lessa e Glauber Cardoso Carvalho (Eds.). *Por uma integração ampliada*

- da América do Sul no século XXI* (Vol. 2). Rio de Janeiro, PerSe, pp. XXIII-XXVII.
- Sbragia, Alberta. (2008). Comparative Regionalism: What Might It Be? *Journal of Common Market Studies*, 46 (Annual Review), 29–49.
- Scharpf, Fritz. (1996). Negative and Positive Integration in the Political Economy of European Welfare States. In: Marks, Gary, Scharpf, Fritz, Schmitter, Philippe, Streeck, Wolfgang (Eds.). *Governance in the European Union*. London, Sage, pp. 15-39.
- Scharpf, Fritz. (2000). *Gobernar en Europa eficaz y democráticamente*. Madrid: Alianza.
- Schiff, Maurice, Winter, Allan. (2004). *Integración regional y desarrollo*. Bogotá: Banco Mundial y Editorial Alfaomega.
- Secretaría de Integración Económica Centroamericana (SIECA). (2014). *Estado de situación de la integración económica centroamericana. Marzo de 2014*. Guatemala: s.e.
- Segovia, Alex. (2005). *Integración real y grupos de poder en América Central: implicaciones para el desarrollo y la democracia de la región*. Costa Rica: Ed. Frederich Ebert Stiftung.
- Serbin, Andrés, Martínez, Laneydi, Ramanzini, Haroldo. (2012). *El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos - Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES).
- Siu, María. (8 de julio, 2015). Alianza del Pacífico agilizaría comercio y viajes. *La República*. En línea: https://www.larepublica.net/app/cms/www/index.php?pk_articulo=533330601
- Söderbaum, Fredrik. (2003). Introduction: Theories of New Regionalism. In: Söderbaum, Fredrik, Shaw, Timothy (Eds.). *Theories of New Regionalism*. London, New York: Palgrave Macmillan, pp. 1-21.
- Söderbaum, Fredrik. (2009). Comparative Regional Integration and Regionalism. In: Todd Landman e Neil Robinson (Eds.), *The SAGE Handbook of Comparative Politics*. London: SAGE Publications, pp. 477-496.
- Söderbaum, Fredrik. (2013). Rethinking regions and regionalism. *Georgetown Journal of International Affairs*, vol. 14, no. 2, pp. 9-18.
- Soto, Willy (editor). (2014). *Política Internacional e Integración Regional Comparada en América Latina*. San José: Ed. FLACSO.
- Soto, Willy, Ramírez, Juan. (2014). *Territorios y espacios transfronterizos: una visión desde Centroamérica*. Heredia, Costa Rica: Universidad Nacional de Costa Rica.
- Stone, Alec, Sandholtz, Wayne, Fligstein, Neil. (2001). *The Institutionalization of Europe*. New York: Oxford University Press.
- Tinbergen, Jan. (1954). *International Economic Integration*. Amsterdam: Elsevier.
- Torres-Rivas, Edelberto. (2011). *Revoluciones sin cambios revolucionarios*. Guatemala: F&G editores.
- Tremolada, Eric. (2014). ¿La Alianza del Pacífico facilita la inserción de Colombia en la región Asia-Pacífico?, *Papel Político*, 19(2): 721-752. Colombia; Pontificia Universidad Javeriana. En línea: <http://www.redalyc.org/pdf/777/77733232012.pdf>
- Trujillo, Iván. (2014). Sobre las Ventajas de la Alianza del Pacífico para Colombia. *Prolegómenos. Derechos y Valores*: 17(33): 159-172. Colombia; Universidad Militar Nueva Granada. En línea: <http://www.redalyc.org/pdf/876/87631486011.pdf>
- Tussie, Diana. (2013). Os imperativos do Brasil no desafiador espaço regional da América do Sul: uma visão da economia política internacional. *Lua Nova*, São Paulo, 90: 243-270.
- Vaz, Alcides. (2002). *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília, IBRI.
- Vidigal, Carlos. (2012). A Integração Sul-Americana como um Projeto Brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. Em: FUNAG, *A América do Sul e a integração regional*. Brasília, FUNAG, pp. 63-77.
- Vieira, Diego. (2013). A contradição é nossa: as políticas Externa e Nuclear do segundo Governo Vargas. In: Costa Lima, Marcos (Org.) *Os Boêmios Cívicos*. Rio de Janeiro: E-Papers/Centro Internacional Celso Furtado/Coleção Pensamento Crítico.

- Vigevani y Cepaluni. (2007). A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. Em: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2.
- Vigevani, Tullo, De Mauro, Gustavo, Ramanzini, Haroldo, Alves, Rodrigo. (2008). O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, pp. 5-27.
- Viner, Jacob. (1993). *The Custom Union Issue. The Carnegie Endowment for international peace*. New York.
- Visentini, Paulo, Cepik, Marco, Danilevicz, Analúcia. (2010). *G3 – Fórum de diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul- Sul*. Curitiba: Juruá.
- Visentini, Paulo, Vieira, Mária. (2013). *Brics: as potências emergentes*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Visentini, Paulo. Fagundes. (2007). O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 1, no. 1, pp. 82-94.
- Yeats, Alexander. (1998). *Does Mercosur's Trade Performance Raise Concerns about the Effects of Regional Trade Arrangements?* World Bank Economic Review nº 12, pp. 1-28.